



Inovação Tecnológica no G20: caminhos para a inclusão financeira e a equidade na saúde Global

Technological Innovation in the G20: Pathways for Financial Inclusion and Global Health Equity

Innovación Tecnológica en el G20: Caminos para la Inclusión Financiera y la Equidad en la Salud Global

Aline Regina Alves Martins
Henrique Zeferino de Menezes

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2025v13n1p12-28

Enviado em: 27 de Março de 2025
Aceito em: 06 de Agosto de 2025

RESUMO

Este artigo analisa o papel do G20, sob a presidência brasileira, na promoção da inovação tecnológica como ferramenta para reduzir desigualdades socioeconômicas, com foco na inclusão financeira e na equidade no acesso à saúde. O estudo destaca como avanços tecnológicos têm potencial para superar barreiras históricas de acesso a serviços financeiros, especialmente para populações marginalizadas. No campo da saúde, o G20 reforça a importância de sistemas de saúde resilientes e inclusivos, com ênfase no acesso equitativo a medicamentos e vacinas. Este estudo tem uma abordagem metodológica, baseada em análise bibliográfica e documental. Conclui-se que, embora a inovação tecnológica seja um instrumento relevante e avanços tenham sido alcançados no âmbito da inclusão financeira e acesso à saúde, seu impacto a longo prazo na redução da pobreza e desigualdades depende de um arcabouço regulatório sólido, políticas públicas inclusivas e cooperação no âmbito global. No entanto, a crescente fragmentação geopolítica e as tensões entre grandes potências ameaçam a ordem multilateral, impondo obstáculos significativos à agenda do G20 e desafiando sua capacidade de manter-se como um fórum global eficaz de cooperação global.

Palavras-chave: G20, inovação tecnológica; inclusão financeira; acesso à saúde

RESUMEN

Este artículo analiza el papel del G20, bajo la presidencia de Brasil, en la promoción de la innovación tecnológica como herramienta para reducir las desigualdades socioeconómicas, centrándose en la inclusión financiera y la equidad en el acceso a la salud. El estudio destaca cómo los avances tecnológicos tienen el potencial de superar barreras históricas de acceso a servicios financieros,

especialmente para poblaciones marginadas. En el ámbito de la salud, el G20 refuerza la importancia de sistemas de salud resilientes e inclusivos, con énfasis en el acceso equitativo a medicamentos y vacunas. Este estudio adopta un enfoque metodológico cualitativo, basado en análisis bibliográfico y documental. Se concluye que, aunque la innovación tecnológica es un instrumento relevante y se han logrado avances en inclusión financiera y acceso a la salud, su impacto a largo plazo en la reducción de la pobreza y las desigualdades depende de un marco regulatorio sólido, políticas públicas inclusivas y cooperación global. Sin embargo, la creciente fragmentación geopolítica y las tensiones entre grandes potencias amenazan el orden multilateral, imponiendo obstáculos significativos a la agenda del G20 y desafiando su capacidad para mantenerse como un foro global eficaz de cooperación.

Palabras clave: G20, innovación tecnológica, inclusión financiera, acceso a la salud

ABSTRACT

This article examines the role of the G20, under Brazil's presidency, in promoting technological innovation as a tool to reduce socioeconomic inequalities, focusing on financial inclusion and equitable access to healthcare. The study highlights how technological advancements have the potential to overcome historical barriers to accessing financial services, especially for marginalized populations. In the health sector, the G20 reinforces the importance of resilient and inclusive health systems, emphasizing equitable access to medicines and vaccines. The study adopts a qualitative methodological approach, based on bibliographic and documentary analysis. It concludes that, although technological innovation is a relevant instrument and significant progress has been made in financial inclusion and healthcare access, its long-term impact on poverty and inequality reduction depends on a robust regulatory framework, inclusive public policies, and global cooperation. However, increasing geopolitical fragmentation and tensions among major powers threaten the multilateral order, posing significant obstacles to the G20's agenda and challenging its ability to remain an effective global forum for cooperation.

Keywords: G20, technological innovation, financial inclusion, access to healthcare

Introdução

O G20 desempenha um papel importante na governança global, reunindo as principais economias do mundo para coordenar a cooperação econômica e enfrentar desafios globais. Criado em 1999 como um fórum de ministros das finanças e presidentes de bancos centrais das maiores economias do mundo, sua agenda ampliou-se nos últimos anos, assim como o grupo passou a realizar cúpulas de líderes mais ambiciosas.

Além das questões estruturais alinhadas à estabilidade e à reforma do sistema financeiro internacional, o G20 incorporou discussões importantes relacionadas às mudanças climáticas e sustentabilidade, desigualdades socioeconômicas e igualdade de gênero, qualidade do trabalho e saúde global. Sob a presidência brasileira em 2024, priorizou-se a redução das desigualdades, o combate à fome e à pobreza e a preservação ambiental.

A inovação tecnológica tem se consolidado como um elemento central nas discussões sobre desenvolvimento econômico e redução das desigualdades (G20, 2024). A tecnologia sempre foi um campo estratégico

de disputa de poder entre os Estados, mas, atualmente, no que se convencionou chamar de Quarta Revolução Industrial, as disputas nesse campo se dão em um momento de rupturas técnicas e de transformação da ordem global mais profundas. A fragmentação do multilateralismo e a intensificação da rivalidade entre grandes potências moldam um cenário internacional marcado por crescente instabilidade. A crise da ordem liberal, já abalada por eventos como a crise financeira de 2008, o acirramento da disputa entre China e EUA, o avanço do nacionalismo e a ascensão da extrema direita, além da guerra na Ucrânia, tem alimentado conflitos geopolíticos e a erosão da cooperação internacional (Cisneros, 2024).

Nesse contexto desafiador à ordem multilateral, a presidência brasileira no G20 procurou destacar a inovação tecnológica, especialmente na busca por soluções que ampliem o acesso à saúde e promovam a inclusão financeira como um caminho possível de coordenação e de avanços (G20, 2024; Brasil, 2024). A adoção de novas tecnologias é tratada como uma estratégia para fortalecer capacidades institucionais que permitam o aprimoramento de políticas públicas e a cooperação internacional, garantindo maior equidade no acesso a serviços essenciais, reduzindo disparidades sociais.

Este artigo analisa como o G20, sob a liderança do Brasil, impulsionou iniciativas voltadas à aplicação da inovação tecnológica para enfrentar desafios estruturais, com foco na redução das desigualdades e promoção da equidade, por meio do fortalecimento do direito e do acesso à saúde e da ampliação da inclusão financeira. Para isso, serão examinadas as políticas e estratégias adotadas no âmbito do grupo, considerando as diretrizes formuladas por seus principais fóruns de debate e formulação de políticas. A centralidade dada à inovação é explorada a partir do estudo das discussões promovidas pelos grupos de trabalho sobre saúde, pesquisa e inovação, finanças e inclusão financeira.

A pesquisa se baseia na análise de documentos e relatórios produzidos por instâncias como o Grupo de Trabalho de Saúde do G20, o Grupo de Trabalho de Pesquisa e Inovação, a Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde, o Grupo de Trabalho de Inclusão Financeira e a Parceria Global para a Inclusão Financeira. Esses documentos oferecem um panorama das iniciativas desenvolvidas e permitem compreender o impacto das soluções tecnológicas propostas. Assim, o estudo busca contribuir para o debate sobre o papel do G20 na promoção de políticas inovadoras capazes de reduzir desigualdades e fortalecer a resiliência socioeconômica dos países em desenvolvimento.

O artigo está estruturado em duas seções principais, além da introdução e das considerações finais. Ambas as seções exploram a crescente importância da inovação tecnológica nas agendas globais de desenvolvimento, com foco na redução das desigualdades e na inclusão social. Em particular, destaca-se o papel da inovação na ampliação do acesso a serviços financeiros e na garantia do direito à saúde, evidenciando como esses avanços podem contribuir para a equidade social. Ao mesmo tempo, o artigo também aborda limites estruturais do grupo na apresentação de propostas com maior alcance e que proponham reformas mais profundas em estruturas econômicas e políticas internacionais. Essa constatação

aparece de forma mais clara nas discussões sobre colaboração para produção de tecnologias farmacêuticas, mas também nas já conhecidas controvérsias acerca da reforma do sistema financeiro internacional.

A primeira seção aborda a inclusão financeira como um instrumento de combate à pobreza, analisando iniciativas e propostas que utilizam a inovação tecnológica para ampliar o acesso a serviços financeiros. Já a segunda seção examina a relação entre inovação tecnológica e equidade no acesso à saúde, com ênfase nas medidas debatidas no G20 para fortalecer sistemas de saúde, garantir o fornecimento de medicamentos e vacinas e mitigar os impactos das mudanças climáticas na saúde global.

Por fim, nas considerações finais, são discutidos os avanços, desafios e limitações das iniciativas apresentadas pelo G20. Sob a presidência brasileira, o G20 reforçou a inovação tecnológica como um vetor central para reduzir desigualdades socioeconômicas. Apesar dos avanços, como a digitalização de serviços financeiros e o fortalecimento da cooperação internacional em saúde, desafios persistem, exigindo governança global coordenada, infraestrutura inclusiva e políticas públicas eficazes. A heterogeneidade dos países-membros torna difícil a formulação de estratégias efetivas, resultando, muitas vezes, em compromissos vagos

2. Inclusão Financeira e Redução das Desigualdades

O Banco Mundial (2025) aponta que a inclusão financeira é um elemento fundamental para o desenvolvimento, com efeitos positivos para o alcance de diversos objetivos e metas que compõem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estudos desenvolvidos ao longo da presidência do Brasil no G20 corroboram essa afirmação, apontando para a capacidade da inclusão financeira de melhorar o bem-estar financeiro e acelerar o avanço de treze desses objetivos (G20, 2024), reduzindo a pobreza e a desigualdade, além de estimular o empoderamento feminino (World Bank, 2025). Logo, é essencial que governos, formuladores de políticas, reguladores, provedores de serviços financeiros e a sociedade civil intensifiquem esforços para garantir que serviços financeiros seguros e de qualidade alcancem populações ainda excluídas.

Infelizmente, a exclusão financeira ainda é uma realidade para muitas pessoas, com destaque para regiões em que o acesso à internet e a dispositivos digitais é limitado. Existem aproximadamente 1,5 bilhão de adultos financeiramente excluídos nos países de baixa e média renda (GPFI, 2024). É importante frisar que a maior parte da população excluída desses serviços é formada por mulheres (um grupo historicamente marginalizado da economia formal), pessoas de baixa renda em países de baixa e média renda, trabalhadores informais e moradores de áreas rurais (OECD; G20; GPFI, 2024). Outros elementos que contribuem para a exclusão financeira incluem a condição de migrante ou pertencimento a comunidades indígenas, além de serem portadores de alguma deficiência (GPFI, 2024). Cerca de metade desse grupo está concentrada em apenas sete nações: Índia (230 milhões), China (130 milhões), Paquistão (115 milhões), Indonésia (100 milhões), Nigéria (64 milhões), Bangladesh (57 milhões) e Egito (50 milhões) (GPFI, 2024).

Cerca de 16% da população financeiramente excluída não possui documento de identidade, enquanto 33% não têm telefone celular e 67% não têm acesso à internet. A gravidade dessas limitações varia entre as regiões. Na África Subsaariana, por exemplo, 31% das pessoas excluídas do sistema financeiro não possuem identificação ou outros documentos necessários. A ausência de um telefone celular é mais comum na África Subsaariana (51%), no Sul da Ásia (44%) e na América Latina e Caribe (25%). Já a falta de acesso à internet é um obstáculo presente em todas as regiões. Outro agravante se refere à distância até as instituições bancárias, à confiança nas entidades financeiras e ao nível de educação financeira dos indivíduos. Segundo o Global Findex 2021, citado pelo G20 (GPFI, 2024), 32% dos adultos sem conta bancária afirmam que o banco mais próximo está muito distante, enquanto 23% relatam falta de confiança nas instituições financeiras formais. Em relação ao conhecimento financeiro, 63% das pessoas financeiramente excluídas em países de baixa e média renda dependem do auxílio de um familiar ou agente para utilizar uma conta corrente (GPFI, 2024).

As micro, pequenas e médias empresas enfrentam um grande desafio para a inclusão financeira, já que 70% delas operam informalmente (países em desenvolvimento) e 40% enfrentam um déficit financeiro de US\$ 5 trilhões devido à falta de acesso a crédito. Povos indígenas, que somam 6% da população global, representam 19% da população extremamente pobre e sofrem com posse insegura de terras, o que agrava conflitos, degradação ambiental e exclusão financeira. Migrantes, estimados em 281 milhões no mundo, dependem de serviços financeiros acessíveis para integração econômica, sendo que 60% migram por trabalho e 42% são deslocados à força. Já as pessoas com deficiência, que, globalmente, superam 1 bilhão de indivíduos, enfrentam barreiras significativas, especialmente nos países em desenvolvimento, onde 80% vivem e trabalham no setor informal.

Importante destacar que das mais de 1,5 bilhão de pessoas sem conta bancária em países de baixa e média renda, 55% (cerca de 800 milhões) são mulheres, evidenciando uma persistente lacuna de gênero na inclusão financeira, mesmo em economias com altas taxas de bancarização. Essa desigualdade é impulsionada por diversas barreiras, como normas de gênero discriminatórias, restrições legais e regulatórias, e menor participação das mulheres na economia formal. Além disso, as mulheres têm acesso mais limitado a fatores essenciais para a inclusão financeira, como documentos de identidade, celulares, educação e emprego formal. Questões sociais, como restrições de mobilidade, tempo e autonomia, também dificultam seu engajamento no setor financeiro e na aquisição de conhecimentos digitais e financeiros (GPFI, 2024).

Durante a presidência brasileira no G20, destacou-se a importância da inovação financeira como um elemento fundamental para a inclusão social e a redução das desigualdades, reforçando seu papel na melhoria do bem-estar financeiro. Como aponta o Banco Mundial (2025), a inclusão financeira possibilita que pessoas e pequenas e médias empresas tenham acesso, de forma responsável e sustentável, a serviços e produtos financeiros essenciais. Isso inclui serviços como transações, realização

de pagamentos, gerenciamento de poupança, acesso a crédito e seguros, atendendo às diferentes necessidades financeiras desses usuários.

A inovação tecnológica no âmbito financeiro tem sido um instrumento importante na superação dos obstáculos apontados acima, permitindo novas abordagens para a inclusão financeira por meio dos serviços financeiros digitais, como bancos online, aplicativos móveis, assinaturas eletrônicas e sistemas de identificação digital, que reduzem as barreiras tradicionais ao acesso a esses serviços.

Nesse contexto, vem ganhando destaque o uso da Inteligência Artificial também no âmbito dos serviços financeiros. Ela proporciona o aumento da eficiência operacional por meio da automação de processos e da redução de custos. Além disso, contribui para uma gestão de riscos mais precisa, facilitando a identificação de fraudes e a previsão de oscilações no mercado (Leitner et.al, 2024). Essa tecnologia também viabiliza um atendimento ao cliente mais personalizado e permite a criação de produtos financeiros adaptados às necessidades individuais, tornando a experiência do usuário mais eficiente. Empresas inovadoras fora do sistema bancário tradicional, como as fintechs, têm adotado a inteligência artificial para oferecer serviços financeiros de forma mais ágil e personalizada, desafiando o modelo convencional dos bancos (IFG, 2017).

A partir de dados do Global Findex Database, o relatório do G20 aponta que já houve muitos avanços da inclusão financeira, impulsionados em grande medida pela digitalização dos serviços financeiros. A lacuna de gênero na inclusão financeira caiu de 10% para 6% nos países de baixa e média renda. Além disso, a diferença de inclusão financeira entre ricos e pobres caiu de 20% para 9% nesses grupos de países. Pagamentos móveis e carteiras digitais, intensificadas com os bancos digitais, foram diminuindo a necessidade de agências bancárias físicas, o que é estratégico em cidades menores e isoladas, permitindo que mais pessoas tenham acesso a serviços financeiros.

O relatório mostra alguns dados interessantes sobre a redução de desigualdades de gênero na posse de contas bancárias na África Subsaariana. Entre 2014 e 2021, a posse de contas entre mulheres subiu de 30% para 43%, um aumento de 13%. Igualmente, os avanços tecnológicos no setor financeiro também tiveram um papel fundamental durante a pandemia de Covid-19, em que a digitalização dos serviços financeiros permitiu que fossem disponibilizados auxílios financeiros mais rapidamente para populações vulneráveis. Em 2021, 66% das pessoas adultas receberam pagamentos governamentais no formato digital, reduzindo o impacto da pandemia sobre os mais pobres e fortalecendo a inclusão financeira dos mais vulneráveis (OECD; G20; GPFI, 2024).

Esses exemplos mostram como avanços na inclusão financeira têm potencial para o fortalecimento e ampliação de políticas públicas, reduzindo desigualdades e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, ainda há desafios significativos a serem superados. A ampliação do acesso a serviços financeiros exige inovações tecnológicas, concomitantes a políticas públicas que garantam a acessibilidade, a proteção do consumidor, a educação financeira e a adaptabilidade às necessidades das populações vulneráveis. É nesse contexto que a presidência

do G20 conduziu uma série de estudos e reuniões destacando a busca por estratégias que promovam a inclusão financeira, com foco nos desafios persistentes das populações historicamente marginalizadas, incluindo as principais iniciativas destacadas acima, com a ampliação do acesso a serviços financeiros, com destaque para a inclusão financeira das mulheres.

Para garantir sistemas financeiros digitais inclusivos, o G20 aponta a necessidade de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e infraestrutura pública digital. Esta desempenha um papel central na promoção da inclusão financeira, abrangendo desde a digitalização das transferências governamentais para os cidadãos até o uso de redes de agentes para facilitar o acesso aos serviços. Além disso, é necessário estabelecer camadas regulatórias e de supervisão que garantam a proteção do consumidor, a privacidade dos dados e promovam a alfabetização digital e financeira. Essas medidas são essenciais para permitir que os indivíduos utilizem os serviços financeiros de forma segura e eficaz, ao mesmo tempo em que favorecem o desenvolvimento de inovações tecnológicas escaláveis e acessíveis, capazes de atender a uma grande diversidade de pessoas e necessidades. Dessa forma, observa-se como o desenvolvimento de tecnologia, bem como o conhecimento sobre o seu uso, são elementos fundamentais para a inclusão financeira e a diminuição da pobreza e da desigualdade social.

Entre as propostas de políticas e regulamentações para garantir o acesso aos serviços tecnológicos na inclusão financeira, destaca-se o fortalecimento do diálogo entre as autoridades financeiras e de telecomunicações, com o objetivo de expandir a conectividade, especialmente para as populações mais vulneráveis e desatendidas. Além disso, é essencial incentivar a cooperação entre provedores de serviços digitais para compartilhar os custos de infraestrutura em comunidades remotas. Também se propõe fornecer dispositivos acessíveis ou subsidiar dados móveis para garantir que grupos vulneráveis possam utilizar esses serviços.

O G20 destaca a identificação digital como essencial para a inclusão financeira. Estudos liderados pelo Brasil apontam a necessidade de compreender a diversidade dos grupos marginalizados e a escassez de dados sobre eles. Recomenda-se avaliações locais com organizações comunitárias para mapear restrições e criar estratégias eficazes. Diante das limitações de conectividade, soluções offline, como IDs com QR Codes e cartões inteligentes, são fundamentais. Além disso, é preciso monitorar a adoção desses documentos e fortalecer o diálogo entre autoridades financeiras e de identificação para simplificar requisitos regulatórios. Garantir processos offline é essencial para a inclusão digital e financeira.

Quanto aos pagamentos digitais, sua fragmentação dificulta transações entre instituições, ampliando a exclusão financeira. Populações vulneráveis evitam serviços caros ou complexos. O G20 recomenda a implementação de sistemas interoperáveis para facilitar transações entre plataformas e incentiva a cooperação entre empresas para dividir custos e ampliar a cobertura. Também alerta para a necessidade de um sistema justo e transparente, sem privilégios desproporcionais, garantindo um ambiente competitivo que beneficie consumidores e estimule a inovação financeira. Recomenda-se ainda que o compartilhamento de dados

financeiros seja seguro, acessível e justo, promovendo a inclusão de populações marginalizadas. As regras devem permitir que bancos e fintechs usem esses dados de forma responsável para criar soluções mais acessíveis. Além disso, os reguladores devem ter capacidade para monitorar e fiscalizar o uso dessas informações, reduzindo riscos como roubo de identidade e uso indevido. Para evitar vigilância excessiva e práticas discriminatórias, é essencial que as empresas sigam regras claras de segurança e privacidade, garantindo a proteção dos consumidores.

O avanço de novas tecnologias demanda, concomitantemente, a alfabetização digital e financeira, para que a inclusão de comunidades marginalizadas possa levar ao uso de serviços financeiros digitais com eficiência e segurança. É ressaltado nos estudos do G20 que os programas de educação financeira devem ser adaptados à realidade das populações atendidas, respeitando suas culturas, idiomas e necessidades específicas. Ademais, também é enfatizado que o treinamento em educação financeira deve ser desenvolvido com base em pesquisas e dados concretos que identifiquem as dificuldades enfrentadas pelas comunidades. Para isso, é essencial realizar avaliações locais antes da criação dos materiais, permitindo compreender os principais desafios e lacunas no conhecimento financeiro e, assim, garantir que o conteúdo seja relevante e eficaz.

Ademais, os estudos do G20 durante a presidência do Brasil ressaltaram a necessidade de centralizar os pagamentos governamentais e permitir que todos os provedores de serviços financeiros participem da distribuição. Essa medida melhora a eficiência do sistema, reduz custos operacionais e amplia o alcance dos pagamentos, especialmente para populações de difícil acesso. Além disso, o governo deve definir taxas de distribuição justas, considerando os custos enfrentados pelos provedores para operar em regiões remotas, garantindo a continuidade e sustentabilidade dos serviços. Outra iniciativa essencial é priorizar as mulheres no recebimento de benefícios sociais.

Além de administrar os pagamentos, os governos centrais também devem fortalecer a rede de agentes financeiros locais, que desempenham um papel essencial em áreas sem infraestrutura bancária. Para isso, é necessário capacitar empreendedores rurais para atuarem como agentes financeiros, permitindo que realizem transações básicas, como depósitos, saques e pagamentos. A inclusão de mulheres como agentes financeiros pode ampliar ainda mais a inclusão econômica feminina e fortalecer as economias locais. No campo regulatório, o G20 ressalta que os governos devem incluir organizações financeiras comunitárias, como cooperativas agrícolas e associações de crédito e poupança.

Novas tecnologias, como a tecnologia de contabilidade distribuída (DLT), inteligência artificial e computação em nuvem, também têm impulsionado inovações nos serviços financeiros digitais. Além disso, criptoativos e moedas digitais de bancos centrais (CBDCs) vêm ganhando espaço nesse ecossistema. Embora essas inovações apresentem um grande potencial para ampliar a inclusão financeira, ainda há poucas evidências concretas de seu impacto positivo para populações marginalizadas. Logo, a crescente complexidade e interconexão desses novos modelos trazem desafios significativos, como o uso indevido de dados, a volatilidade do

mercado, perdas financeiras, venda inadequada de serviços, fraudes e roubos. Dessa forma, é imprescindível que se encontrem maneiras de regular essas tecnologias de forma a garantir sua eficácia na promoção da inclusão financeira.

Diante desse cenário, torna-se essencial que formuladores de políticas e reguladores, além das instituições multilaterais, acompanhem de perto o desenvolvimento dessas inovações, avaliando de forma sistemática seus impactos e estabelecendo diretrizes que assegurem tanto a segurança quanto o acesso equitativo para populações vulneráveis.

Um aspecto que a presidência do Brasil no G20 buscou dar destaque e avançar diz respeito à qualidade da inclusão financeira - ou bem-estar financeiro¹ da população (Brasil, 2024; OECD; G20; GPFI, 2024). Isso inclui expandir o foco do debate não apenas no acesso e no uso de serviços financeiros, para incluir aspectos e métricas sobre o nível de bem-estar financeiro. O Brasil identificou a necessidade de abordar mais profundamente a qualidade dessa inclusão e o impacto real na vida das pessoas. Por isso, o país trouxe esse tema para as discussões do G20, destacando que a inclusão financeira deve vir acompanhada de um processo que garanta qualidade, evitando problemas como o superendividamento e promovendo um uso consciente do crédito, além de incentivar a poupança e o planejamento financeiro. O caso brasileiro foi apresentado como um exemplo de sucesso global em termos de inclusão financeira, usando o Pix como exemplo, mas também como um alerta para os desafios que surgem com o aumento do acesso, como o crescimento do endividamento e uso inadequado de produtos e serviços financeiros. Com a criação de métricas e ferramentas para medir o bem-estar financeiro da população, o Brasil propõe que a inclusão seja monitorada e resulte em uma vida financeira mais equilibrada e sustentável para todos (OECD; G20; GPFI, 2024).

Essa estrutura de medição do bem-estar financeiro deve ser levada às organizações internacionais, formuladores de políticas e pesquisadores. Os estudos apresentados apontam como o monitoramento da inclusão financeira deve estar alinhado com os cronogramas nacionais de desenvolvimento e acompanhar o progresso de iniciativas globais, como os ODS, garantindo que populações marginalizadas sejam efetivamente incluídas no sistema financeiro (GPFI, 2024).

Como mencionado, a inovação tecnológica também é instrumento fundamental não somente para garantir a inclusão, mas também para a promoção do bem-estar financeiro. Produtos e serviços financeiros devem estar alinhados às necessidades financeiras de consumidores e cidadãos, garantindo um ecossistema financeiro digital sólido, seguro e protegido. Dessa forma a população pode se sentir satisfeita e confiante sobre suas vidas financeiras.

Embora não diretamente explicitado nos estudos do G20, cabe ressaltar que as inovações tecnológicas podem também contribuir para o desenvolvimento dessas métricas de bem-estar financeiro. Por exemplo, o uso de grandes volumes de dados financeiros e comportamentais pode permitir análises mais precisas sobre hábitos de consumo, endividamento e capacidade de planejamento financeiro. Algoritmos de inteligência

1. A literatura acadêmica reconhece amplamente que o bem-estar financeiro envolve tanto aspectos objetivos quanto subjetivos. Os aspectos subjetivos dizem respeito às percepções, sentimentos e auto avaliações individuais sobre a própria situação financeira, como a sensação de segurança, controle e confiança nas finanças pessoais. Esses fatores são baseados em relatos pessoais, tornando-se altamente subjetivos e não diretamente observáveis. Já os aspectos objetivos do bem-estar financeiro referem-se a elementos concretos e mensuráveis, como a existência de uma poupança ou o acesso a produtos e serviços financeiros que auxiliam na satisfação de necessidades básicas, na manutenção do consumo e na gestão de imprevistos financeiros. Enquanto os aspectos subjetivos refletem a experiência individual, os objetivos podem ser quantificados e analisados de forma tangível (OECD; G20; GPFI, 2024)

artificial podem identificar padrões e tendências que não seriam facilmente captados por pesquisas tradicionais. Aplicativos financeiros, por sua vez, podem incluir ferramentas de autoavaliação do bem-estar financeiro, permitindo que os usuários relatem suas percepções sobre segurança e controle financeiro de forma contínua, fornecendo dados subjetivos mais frequentes e representativos.

Observa-se que os debates no âmbito do G20 reconhecem a importância da digitalização e da inovação financeira como políticas e estratégias essenciais para reduzir desigualdades e promover crescimento econômico sustentável. Por isso, é necessária a adoção de políticas públicas e de investimentos de forma coordenada, capaz de promover uma infraestrutura digital, buscando uma regulamentação inclusiva e modos de superar barreiras de infraestrutura financeira. Constata-se o papel das inovações tecnológicas como catalisadoras de transformação estrutural. Ao viabilizar o acesso a serviços financeiros por meio da digitalização, da interoperabilidade e da identificação digital, a inovação tecnológica não apenas amplia o alcance das soluções já existentes, mas redefine os próprios contornos da inclusão financeira.

No entanto, seu potencial não pode ser analisado isoladamente, pois a tecnologia, por si só, não resolve desigualdades. Ela precisa estar inserida em um arcabouço regulatório que assegure proteção ao consumidor, privacidade de dados e acessibilidade real para grupos vulneráveis (G20, 2024, Brasil, 2024). Dessa forma, a tecnologia não deve ser vista como um fim, mas como um meio fundamental para integrar políticas públicas, investimentos e estratégias sociais que promovam um sistema financeiro mais justo e inclusivo.

Há muitos desafios no horizonte para a concretização das soluções propostas pelo G20. A implementação das inovações financeiras não é homogênea entre os países do G20, pois há grandes disparidades na infraestrutura digital, no acesso à internet e no nível de educação financeira da população. Dessa forma, a inovação pode tanto reduzir desigualdades quanto ampliá-las. Essa diversidade de contextos torna difícil a formulação de políticas que sejam realmente aplicáveis a todos os membros, resultando, muitas vezes, em compromissos vagos e recomendações amplas, sem mecanismos concretos de implementação e acompanhamento. Além disso, a inclusão financeira não ocorre isoladamente, mas dentro de um contexto mais amplo de fragmentação da governança global e crescente competição entre grandes potências. Não é simples coordenar estratégias eficazes entre países com interesses divergentes e diferentes capacidades de implementação tecnológica, ainda mais num ambiente internacional mais desafiador. A falta de uma governança global coordenada significa que muitas das inovações propostas pelo G20 dependem da vontade individual dos países e da interação com o setor privado, o que pode intensificar ainda mais as assimetrias na adoção e aplicação das políticas sugeridas. Nesse contexto, é necessário garantir uma governança multilateral forte e resiliente. Cabe compreender se o G20 é um ator capaz de contribuir para transformar suas recomendações em ações concretas.

3. Inovação Tecnológica e Equidade no Acesso à Saúde.....

A Declaração de Líderes do G20, documento que sintetiza os compromissos assumidos pelos países nas diversas áreas de interesse cobertas pelo grupo, dedica atenção significativa aos desafios da saúde global. O texto reflete não apenas a sensação persistente de urgência e ameaça gerada pela pandemia de Covid-19, mas também reconhece a necessidade de enfrentar problemas estruturais que perpetuam desigualdades no acesso à saúde. Ao tratar dessas questões, a declaração, em consonância com a Declaração dos Ministros da Saúde do G20, reafirma o compromisso com o fortalecimento dos sistemas de saúde, a equidade no acesso a serviços essenciais e a preparação para futuras crises sanitárias.

Entre os temas abordados no âmbito da saúde global, destacam-se questões de caráter abrangente, como a necessidade de ampliação do financiamento ao setor, inclusive por meio da cooperação internacional, com vistas à construção de sistemas de saúde mais resilientes, inclusivos, equitativos e sustentáveis. O fortalecimento dos sistemas de saúde constitui uma importante agenda em discussão no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS), vinculando-se à meta de alcance da cobertura universal em saúde, incorporada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Tangcharoensathien, Mills, Palu, 2015; Ooms, 2014).

Ademais, o investimento em saúde é amplamente reconhecido não apenas como um instrumento essencial para a redução das desigualdades sociais e econômicas, mas também como um fator determinante para o crescimento e desenvolvimento econômico. Ao impulsionar a produtividade e melhorar a qualidade de vida da população, a saúde assume um papel central nas estratégias de desenvolvimento global. Nesse contexto, a cobertura universal em saúde baseia-se no princípio de garantir o acesso a serviços essenciais de qualidade sem que isso represente riscos financeiros para os indivíduos ou comprometa severamente o orçamento familiar. Tal abordagem reforça a necessidade de políticas públicas eficazes e de um compromisso internacional robusto para assegurar a sustentabilidade dos sistemas de saúde no longo prazo.

Ainda que de forma discreta, reconhece-se o impacto das desigualdades socioeconômicas nos resultados em saúde. No entanto, os avanços no enfrentamento dos determinantes sociais da saúde permanecem limitados, refletindo a fragilidade dos esforços nesse campo (Marmot, 2005). O principal compromisso assumido até o momento é o de aprimorar a mensuração e o entendimento dos efeitos da pobreza e da desigualdade sobre a saúde, sem que isso se traduza, necessariamente, em ações concretas para mitigar esses impactos.

A relação entre saúde e mudanças climáticas também foi um tema central nas discussões do G20, resultando na elaboração de um documento específico sobre o assunto². Reafirma-se a necessidade de maior coordenação política e ampliação do financiamento para mitigar os impactos adversos das mudanças climáticas sobre a saúde das populações vulneráveis, especialmente em países de menor renda relativa. O debate não se limita aos efeitos diretos da poluição do ar e da água ou às consequências de eventos climáticos extremos, mas enfatiza, sobretudo, a

2. G20 HEALTH MINISTERIAL DECLARATION ON CLIMATE CHANGE, HEALTH AND EQUITY, AND ON ONE HEALTH. Disponível em <https://g20.gov.br/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/saude/hwg-ministerial-declaration-on-climate-change-health-and-equity-and-on-one-health-eng-30-10-24.pdf/@download/file>. Último acesso em 24/03/2025

crescente interconexão entre desequilíbrios ambientais e a emergência de doenças infecciosas graves. Diante desse cenário, torna-se essencial o fortalecimento de uma abordagem integrada baseada no conceito de *One Health*, que reconhece a interdependência entre saúde humana, animal e ambiental (Evans, Leighton, 2014). Essa perspectiva é fundamental para enfrentar o aumento de doenças transmissíveis de origem zoonótica ou vetorial, bem como para conter a progressão da resistência antimicrobiana, desafios que se tornam ainda mais críticos diante das mudanças ambientais globais.

Além dos desafios socioeconômicos e ambientais discutidos no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Saúde, os países do G20 decidiram pela criação de um novo instrumento de cooperação técnica voltado à inovação e produção de tecnologias farmacêuticas: a *Coalition for Local and Regional Production, Innovation and Equitable Access*. Essa coalizão tem como objetivo promover o acesso a vacinas, tratamentos terapêuticos e diagnósticos, além de outras tecnologias de saúde, visando fortalecer a capacidade global de prevenção, preparação e resposta a pandemias. Ademais, busca-se enfrentar o problema das doenças negligenciadas e garantir assistência às populações em situação de vulnerabilidade, reforçando a equidade no acesso à saúde em escala global.

A proposta foi recebida com entusiasmo por organizações como a Unitaid³, DNDi⁴ e a Global Health Technologies Coalition⁵. Entretanto, os documentos até então publicados que noticiam a criação da coalizão não apresentam detalhamentos sobre seu funcionamento, oferecendo apenas indícios preliminares sobre sua operacionalização. Aparentemente, a iniciativa pretende catalisar sinergias entre atores e mecanismos já existentes, além de buscar o fortalecimento e a ampliação de instrumentos de financiamento para pesquisa e produção.

No entanto, não há indicação de mobilização de recursos adicionais, criação de novos fundos ou mesmo diretrizes claras sobre as tecnologias e enfermidades prioritárias. Dessa forma, trata-se, até o momento, de uma proposta incipiente e de escopo aparentemente pouco ambicioso.

A proposta de criação da coalizão, ainda assim, reflete o reconhecimento da necessidade de ampliar os investimentos em pesquisa e inovação para enfrentar desafios essenciais da saúde global, sinalizando uma aposta estratégica do G20 no potencial da inovação tecnológica como vetor de transformação no setor. Entretanto, ela se dá em um contexto mais amplo de discussões políticas e contradições acerca da necessidade de fortalecimento de soluções e mecanismos cooperativos para o enfrentamento de crises em saúde e da necessidade de reformas no sistema internacional de inovação farmacêutica. A centralidade das inovações tecnológicas e as contradições políticas relacionadas à proposição de soluções estruturantes para os problemas de acesso a elas ficam claras nas áreas críticas de interesse da coalizão: o enfrentamento das doenças negligenciadas e a distribuição equânime e oportuna de tecnologias farmacêuticas em períodos de crises globais.

Uma resposta ao problema da permanência de um significativo espectro de doenças negligenciadas passa, necessariamente, pelo investimento em ciência, tecnologia e inovação, para o completo desenvolvimento

3. <https://unitaid.org/news-blog/unitaid-welcomes-g20-health-working-group-ministerial-declarations-ahead-of-cop29/>

4. <https://dndi.org/press-releases/2024/dndi-welcomes-g20-coalition-innovation-local-regional-production-equitable-access-health-tools/>

5. <https://www.ghcoalition.org/news/statement-on-the-g20-global-coalition-for-local-and-regional-production-innovation-and-equitable-access>

de novos tratamentos. O conceito de doença negligenciada relaciona-se justamente à ausência de esforços em pesquisa e desenvolvimento para disponibilização de tratamentos, vacinas ou testes diagnósticos para doenças tratáveis e curáveis, em razão da falta de interesse econômico por parte das empresas farmacêuticas. Nesse sentido, são doenças que afligem populações em situação de vulnerabilidade econômica, em países também sem recursos orçamentários para sustentar a compra de medicamentos inovadores (Trouiller, 2002).

Entretanto, além da simples disponibilidade técnica de uma nova tecnologia, é necessário considerar elementos críticos para garantir o acesso a populações em situação de maior vulnerabilidade e exposição socioeconômica. Aspectos como capacidade de produção, alocação e armazenagem são essenciais, assim como a capacidade técnica e clínica para diagnóstico, encaminhamento e aplicação, especialmente em regiões com maiores restrições (Wounters et al, 2021).

A dependência do sistema internacional de inovação farmacêutica em relação aos investimentos privados para o desenvolvimento de novas tecnologias e disponibilização de tratamentos produz distorções significativas (Astone, 2023). O problema das doenças negligenciadas é certamente o mais latente e ensejou iniciativas internacionais para minorar seus efeitos. Durante quase uma década, discutiu-se na OMS uma proposta oriunda do *Consultative Expert Working Group on Research and Development* de estabelecimento de um instrumento juridicamente vinculante sobre pesquisa e desenvolvimento em saúde, com a finalidade de financiar o desenvolvimento de pesquisas para doenças negligenciadas pela indústria farmacêutica⁶. Entretanto, as negociações esbarraram em controvérsias técnicas sobre sua operacionalização, mas as maiores resistências vieram de países desenvolvidos, respondendo a demandas de seus setores industriais.

Os países do G20 manifestaram também apoio à conclusão das negociações em curso para a criação de um novo instrumento internacional no âmbito da OMS voltado para a prevenção, preparação e resposta a pandemias. Este instrumento, em negociação desde o final de 2021, busca suprir lacunas existentes no atual sistema de governança sanitária global, em consonância com a proposta de reforma do Regulamento Sanitário Internacional (RSI). Um dos pontos críticos nas discussões está na operacionalização de uma importante demanda global - o acesso equitativo a contramedidas médicas durante crises sanitárias internacionais. Esse compromisso reflete a experiência da pandemia de COVID-19, que evidenciou disparidades no acesso a vacinas, tratamentos e insumos médicos essenciais, além das dificuldades de mecanismos multilaterais de garantir a distribuição e acesso a vacinas aos países mais pobres (Borges, Menezes, Crosbie, 2022).

A pandemia confirmou o diagnóstico de que a capacidade de desenvolvimento e produção de vacinas e medicamentos é um elemento essencial de qualquer estratégia de resposta eficaz. A proposta de constituição de uma *Coalition for Local and Regional Production, Innovation and Equitable Access* seria uma inovação significativa caso permitisse a capacitação técnica de países do Sul Global para o desenvolvimento e produção

6. WHO. Consultative Expert Working Group on Research and Development: Financing and Coordination. 2012. Disponível em https://apps.who.int/gb/cewg/pdf_files/A65_24-en.pdf. Último acesso em 24/03/2025.

de tecnologias farmacêuticas relevantes para o enfrentamento de pandemias e doenças endêmicas em suas regiões. Entretanto, a descentralização e distribuição regional de capacidades para realizar P&D vem sendo objeto de divergências importantes entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Países com capacidade de desenvolvimento de vacinas esperam que haja efetivamente uma maior capacidade de coordenação global para ampliar a capacidade de produção de vacinas nos países do Sul, mas sem que haja maiores transferências de tecnologia que garantam a autonomia tecnológica desses países. Uma rede de produção de vacinas e medicamentos, sobre contratos de licenciamento restritivos, é importante para a indústria farmacêutica terceirizar processos finais de produção (fill and finish), para suprir as demandas do mercado. Essas redes de produção foram essenciais para garantir a produção de vacinas contra Covid-19, mas poucos contratos estabeleceram formas mais amplas de transferência tecnológica e apropriação de capacidade de desenvolvimento e produção (Shadlen, 2023).

Essa distinção técnica e política entre a distribuição geográfica da capacidade de desenvolvimento ou a distribuição geográfica da capacidade de produção de tecnologias farmacêuticas foi exposta nas negociações do novo tratado de pandemias da OMS, assim como se tornou pano de fundo das discussões na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a proposta de suspensão temporária de direitos de propriedade intelectual durante a pandemia de Covid-19 (Ventura et.al, 2022). Uma das justificativas apresentadas pelos governos de Índia e África do Sul para a suspensão temporária dos direitos de propriedade intelectual era justamente permitir a capacitação técnica de empresas farmacêuticas nos países do Sul Global para o desenvolvimento de tecnologias farmacêuticas relevantes, por meio do acesso a tecnologias e colaboração técnica (Menezes, 2021).

Ou seja, a proposta de uma *Coalition for Local and Regional Production, Innovation and Equitable Access* enfrenta os mesmos desafios relacionados ao tensionamento entre o controle sobre tecnologias farmacêuticas, a distribuição geográfica da capacidade de produção e a construção de instrumentos para permitir acesso à vacinas, medicamentos e outras tecnologias. O problema fica claro no reforço discursivo de que a coalizão será centrada na cooperação voluntária, para o fortalecimento das capacidades produtivas. Ainda, seus instrumentos se baseiam na cooperação técnica e transferência de tecnologias voluntárias, na formalização de compromissos de compra antecipada e utilização de fundos de investimentos existentes.

Considerações finais

O G20 tem incorporado em sua agenda de discussões temas relevantes para o enfrentamento de desafios estruturais do desenvolvimento, apesar de ainda serem incertos os efeitos concretos de grande parte das iniciativas e propostas extraídas das ações do grupo. Neste estudo, destacou-se a discussão promovida pelo G20, sob a presidência brasileira, sobre o papel da inovação tecnológica na redução de desigualdades

socioeconômicas, especialmente por meio da inclusão financeira e da garantia de equidade no acesso à saúde. Sob a liderança do Brasil, o grupo reforçou o compromisso com a inovação tecnológica como um vetor central para a transformação da realidade social, buscando alinhar avanços tecnológicos com políticas públicas inclusivas e sustentáveis. No entanto, os desafios persistem, e as iniciativas propostas exigem uma governança global robusta e coordenada para garantir impactos significativos e duradouros.

No âmbito da inclusão financeira, os avanços tecnológicos, como a digitalização de serviços financeiros e o uso de inteligência artificial, têm demonstrado potencial para reduzir barreiras históricas de acesso, especialmente para populações marginalizadas. Apesar dos progressos observados, como a diminuição da lacuna de gênero e a ampliação do acesso a serviços financeiros em regiões remotas, ainda há um longo caminho a percorrer. A exclusão financeira continua a afetar sobretudo mulheres, populações rurais e comunidades indígenas, evidenciando a necessidade de políticas públicas que combinem inovação tecnológica com educação financeira, proteção ao consumidor e infraestrutura digital inclusiva. A presidência brasileira do G20 destacou a importância de estratégias coordenadas para superar esses desafios, mas a efetividade dessas iniciativas dependerá da capacidade dos países em implementar reformas estruturais e garantir a sustentabilidade dos avanços alcançados, o que está além do escopo do grupo.

No campo da saúde, a inovação tecnológica também se mostrou essencial para promover a equidade no acesso a serviços essenciais, especialmente diante dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19 e pelas mudanças climáticas. A criação da *Coalition for Local and Regional Production, Innovation and Equitable Access* representa um passo importante na direção de uma maior cooperação internacional para o desenvolvimento e a distribuição de tecnologias farmacêuticas. No entanto, a proposta ainda carece de detalhamento e compromissos concretos, especialmente no que diz respeito à transferência de tecnologia e ao financiamento de pesquisas para doenças negligenciadas. A efetividade dessa coalizão dependerá da superação de divergências geopolíticas e da construção de um sistema de inovação farmacêutica mais justo e inclusivo, que priorize as necessidades das populações mais vulneráveis.

Em ambos os eixos temáticos, inclusão financeira e saúde, a inovação tecnológica emerge como um instrumento poderoso para a redução das desigualdades e a promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, seu potencial só será plenamente realizado se estiver alinhado a um arcabouço regulatório sólido, a políticas públicas inclusivas e a um compromisso global com a equidade. É fundamental reconhecer que a tecnologia, por si só, não resolve desigualdades. Ela deve ser vista como uma ferramenta complementar a esforços mais amplos de transformação social e econômica.

Ademais, dado o grupo heterogêneo de países, muitas vezes as políticas e ações recomendadas pelo G20 permanecem genéricas e descoordenadas. Apesar de sua relevância como fórum global, o G20 reúne países com diferentes níveis de desenvolvimento econômico, capacidades

tecnológicas e prioridades políticas distintas. Enquanto algumas economias avançadas já possuem infraestruturas digitais consolidadas e regulamentações sofisticadas para novas tecnologias, muitas economias emergentes e em desenvolvimento ainda enfrentam grandes lacunas nestes aspectos. Essa diversidade de contextos torna difícil a formulação de políticas que sejam realmente aplicáveis a todos os membros, resultando, muitas vezes, em compromissos vagos e recomendações amplas, sem mecanismos concretos de implementação e acompanhamento.

Por fim, cabe destacar que a governança global, em um contexto de crescente fragmentação e rivalidade geopolítica, precisa ser fortalecida para garantir que as iniciativas propostas pelo G20 tenham um impacto real e duradouro. A presidência brasileira do G20 deu passos importantes nessa direção, mas o sucesso dessas iniciativas dependerá da continuidade dos esforços e do engajamento de todos os atores envolvidos na construção de um futuro mais justo e sustentável. Embora esteja para além dos limites deste artigo, é fundamental destacar que os desafios impostos pelo segundo governo de Donald Trump e a guerra entre Rússia e Ucrânia à ordem multilateral representam um ponto crucial de reflexão. Tais desafios não apenas intensificam as dificuldades para a agenda do G20, mas também colocam em questão a própria continuidade e relevância do bloco em um cenário global cada vez mais polarizado e imprevisível.

Referência bibliográfica

- ASTONE, Daniel Pinheiro. Scarcity, Property Rights, Irresponsibility: How Intellectual Property Deals with Neglected Tropical Diseases. *Law and Critique*, v. 34, n. 1, p. 145-164, 2023
- BORGES, Luciana Correia; DE MENEZES, Henrique Zeferino; CROSBIE, Eric. More pain, more gain! The delivery of COVID-19 vaccines and the pharmaceutical industry's role in widening the access gap. *International Journal of Health Policy and Management*, v. 11, n. 12, p. 3101, 2022.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. *Livro de legado do G20 – A trilha de finanças em 2024*. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/relatorios/g20/livro-de-legado-do-g20-a-trilha-de-financas-em-2024-pt_v3.pdf/view. Acesso em: 2 fev.2025.
- CISNEIROS, J.M.C. The Technology 4.0 as a Factor of Change in the World Order. In: Martínez, D.H; Cisneros, J.M (ed.). *International Relations and Technological Revolution 4.0*.
- EVANS, Brian R.; LEIGHTON, Frederick A. A history of One Health. *Rev Sci Tech*, v. 33, n. 2, p. 413-420, 2014.
- G20. *Declaração de Líderes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: G20, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/g20-rio-de-janeiro-leaders-em-portugues.pdf>>. Acesso em: 10 jan.2025.
- GPFI – GLOBAL PARTNERSHIP FOR FINANCIAL INCLUSION. G20 policy options to improve last mile access and quality of inclusion; nov.2024. Disponível em: <https://www.gpfi.org/news/g20-policy-options-improve-last-mile-access-and-quality-inclusion>. Acesso em: 24 jan.2025.
- IFG- INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. *Digital financial services: challenges and opportunities for emerging market banks*. (EMCompass Note No. 42). Washington, D.C.: International Finance Corporation, member of the World Bank Group, 2017. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/750421502949470705/pdf/118736-BRI-EMCompass-Note-42-DFS-Challenges-and-Opportunities-PUBLIC.pdf>. Acesso em: 20 jan.2025.

- LEITNER, G. et al. The rise of artificial intelligence: benefits and risks for financial stability. Frankfurt: European Central Bank, 2024. Disponível em: https://www.ecb.europa.eu/press/financial-stability-publications/fsr/special/html/ecb.fsrart202405_02~58c3ce5246.en.html. Acesso em: 5 fev. 2025..
- MARMOT, Michael. Social determinants of health inequalities. **The lancet**, v. 365, n. 9464, p. 1099-1104, 2005.
- MENEZES, Henrique Zeferino. *The TRIPS waiver proposal: An urgent measure to expand access to the COVID-19 vaccines*. No. 129. South Centre Research Paper, 2021.
- MENEZES, Henrique Zeferino. The TRIPS waiver proposal: An urgent measure to expand access to the COVID-19 vaccines. No. 129. South Centre Research Paper, 2021.
- OECD; G20; GPFI. *G20 policy note on financial well-being*. Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/7332c99d-en>. Acesso em: 25 jan.2025.
- OOMS, Gorik et al. Great expectations for the World Health Organization: a Framework Convention on Global Health to achieve universal health coverage. **public health**, v. 128, n. 2, p. 173-178, 2014.
- SHADLEN, Ken. Technology transfer for production of COVID-19 vaccines in Latin America. In SUN, Haochen; SUNDER, Madhavi. **Intellectual Property, COVID-19, and the Next Pandemic: Diagnosing Problems, Developing Cures**. Cambridge University Press, 2023.
- SHADLEN, Ken. Technology transfer for production of COVID-19 vaccines in Latin America. Intellectual Property, COVID-19, and the Next Pandemic: Diagnosing Problems, Developing Cures, Cambridge University Press, Cambridge (2023).
- TANGCHAROENSATHIEN, Viroj; MILLS, Anne; PALU, Toomas. Accelerating health equity: the key role of universal health coverage in the Sustainable Development Goals. **BMC medicine**, v. 13, p. 1-5, 2015.
- TROUILLER, Patrice et al. Drug development for neglected diseases: a deficient market and a public-health policy failure. **The Lancet**, v. 359, n. 9324, p. 2188-2194, 2002.
- VENTURA, D.F.L.; CARMO, E.H.; VIEGAS, F.; PENNA, G.O.; MENEZES, H.Z.; GALVÃO, L.A.; VIEGAS, L.L.; BERMUDEZ, L.; REGES, P.P.S.; BUSS, P.M. Acordo sobre pandemias: Brasil deve buscar liderança do Sul Global com ênfase na redução das iniquidades antes, durante e depois das emergências. Grupo de Trabalho Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI - Fio-cruz/USP, Nota Técnica n. 2, São Paulo/Rio de Janeiro, 10/10/2022. Disponível em <saudeglobal.org>
- VENTURA, D.F.L.; CARMO, E.H.; VIEGAS, F.; PENNA, G.O.; MENEZES, H.Z.; GALVÃO, L.A.; VIEGAS, L.L.; BERMUDEZ, L.; REGES, P.P.S.; BUSS, P.M. Acordo sobre pandemias: Brasil deve buscar liderança do Sul Global com ênfase na redução das iniquidades antes, durante e depois das emergências. Grupo de Trabalho Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI - Fio-cruz/USP, Nota Técnica n. 2, São Paulo/Rio de Janeiro, 10/10/2022. Disponível em <saudeglobal.o
- WORLD BANK. Financial Inclusion. Last Updated: Jan 27, 2025 Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/financialinclusion/overview>. Acesso em: 2 fev.2025
- World Order, Power and New International Society. Switzerland:Springer, 2024. Cap.3,p.9-24
- WOUTERS, Olivier J. et al. Challenges in ensuring global access to COVID-19 vaccines: production, affordability, allocation, and deployment. **The Lancet**, v. 397, n. 10278, p. 1023-1034, 2021